

INVENTÁRIOS DE ARTÍFICES: FONTES PARA A COMPREENSÃO DO FAZER ARTÍSTICO NO BRASIL COLONIAL*

Angela Brandão

Universidade Federal de São Paulo

brandaoangela@hotmail.com

RESUMO

As artes do período colonial brasileiro não foram realizadas exatamente por artistas, como os concebemos hoje, mas especialmente por personagens anônimos e de forma coletiva. A aplicação de uma historiografia da arte pautada pelo modelo biográfico é dificultada pela escassez de documentação acerca desses personagens. A observação dos inventários de morte dos artesãos pode elucidar muitos aspectos a respeito da vida dos artistas no período colonial. Concentramos nossa pesquisa em alguns dos inventários de artífices relacionados aos trabalhos em madeira, carpinteiros, marceneiros, ensambladores e entalhadores constantes nos arquivos da Casa Setecentista de Mariana, especialmente datados da segunda metade do século XVIII. A transcrição e interpretação dos inventários de artífices nos permite identificar desde a presença de escravos descritos com suas especialidades, até detalhes sobre suas ferramentas de trabalho e seus pertences, bem como a possível relação de títulos de suas pequenas livrarias.

Palavras-chave: artífices; oficiais mecânicos; inventários; escravos.

Os homens que tomaram para si, no período colonial brasileiro, a responsabilidade de arruar as cidades coloniais brasileiras; construir suas pontes e fontes monumentais de água; erguer seu casario, suas casas de câmara e cadeia, seus palácios de governadores e paços episcopais; suas igrejas com adros e escadarias, e todas as decorações externas com cantarias e portadas monumentais; e decorações internas, com suas talhas e douramentos, com sua policromia e sua estatuária, esses homens não foram artistas como os entendemos hoje, mas artesãos. Muitas vezes não eram os autores dos chamados “riscos” – os projetos ou desenhos, mas intérpretes e executores de projetos de outrem.

A base teórico-metodológica mais geral para este texto aproxima-se, portanto, das premissas de uma história social da arte. Não tanto nos termos de Arnold Hauser, propostos em sua já datada “História Social da Arte e da Litareatura”, mas especialmente num conjunto de autores³ entre as quais poderíamos mencionar ao menos Martim Wackernagel⁴. Interessa-nos, sobretudo, o concei-

* Resultado do Projeto de Pesquisa com apoio do CNPq, Processo: 471680/2013-3 Chamada: Univ 2013 Faixa C

² HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paul:, Martins Fontes, 1999.

³ BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente, pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991. CHASTEL, André. *Arte y Humanismo*. Madrid: Cátedra, 1982. FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

⁴ WACKERNAGEL, Martim. *Il Mondo delgi artisti nel Rinascimento Fioretino: committenti, botteghe e mercato dell'arte*. Roma: Carocci, 1994. Ver FERNANDES, C. S. . Martin Wackernagel: o “espaço de vida” dos artistas no Renascimento florentino. Ghrebh-, v. 2, p. 16, 2010; <http://revista.cisc.org.br/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=issue&op=view&path%5B%5D=9&path%5B%5D=showToc>

to proposto por Wackernagel de “espaço de vida dos artistas” ou “mundo dos artistas”. Trata-se de uma história da arte em que o foco de observação não se concentra tanto no objeto artístico em seu aspecto visual, mas especialmente nos mecanismos sociais de produção artística e, em nosso caso, na caracterização social do artista.

São fundamentais para isso, sem dúvida, a perspectiva histórico-social, no que se refere ao contexto português, dos escritos de Vitor Serrão, especialmente a base teórica contida em seu livro *O Maneirismo em Portugal e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*⁵. O autor esclareceu suas premissas no prefácio do livro: “O trabalho, filtrando-se naturalmente, dada a especificidade do tema, nos terrenos de uma História Econômica e Social, de uma Sociologia e análise das mentalidades, de uma História do Direito Civil, etc. não deixa de ser sobretudo um ensaio no domínio da História da Arte⁶.”

E, mais adiante:

(...) cremos que não existe contradição em considerar simultaneamente a obra como objeto estético e como documento explícito da sua época específica, sendo que ambos os aspectos são complementares e se interligam intimamente. Dentro de uma metodologia sociológico-dialética em que a produção artística, enquanto analisada esteticamente, o é também em conexão com o estudo das ideologias envolventes (ideologia das “zonas” políticas, religiosa, econômica, moral, cultural, etc. em referência um espaço e um tempo determinados) (...)⁷.

Com relação à arte brasileira colonial, depois de dois importantes textos da década de 1940, publicados na *Revista do SPHAN*, como o de Salomão Vasconcelos “Ofícios Mecânicos em Vila Rica durante o Século XVIII⁸” e o artigo de Noronha Santos, “Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro⁹”; a historiografia mais recente vem contribuindo, de modo esclarecedor, com a compreensão cada vez mais clara do papel dos oficiais mecânicos na produção artística dos séculos XVII e XVIII no Brasil. Seria suficiente mencionar, aqui, o subcapítulo “Categorias profissionais e condições de trabalho”, publicado no livro “O Rococó Religioso no Brasil¹⁰” de Myriam Andrade Ribeiro de Oliveira; ou a reflexão constante no texto “A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna” de Jeaneth Xavier de Araújo¹¹. Certamente nortearam as pesquisas em torno de uma história social da arte colonial brasileira os estudos pioneiros de Maria Helena Flexor¹² e de Caio Boschi¹³.

Entre os problemas que vêm sendo esclarecidos pela historiografia mencionada acima, podem-se localizar tanto a relevância do papel dos mestres de obra para a construção das igrejas no

⁵ SERRÃO, Vítor. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001. SERRÃO, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugueses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

⁶ Ibid. p. 16.

⁷ Ibid. idem.

⁸ VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica Durante o Século XVIII. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.4, pp.331-360, 1940.

⁹ SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.6, pp.295-317, 1942.

¹⁰ OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil: e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif, 2006.

¹¹ ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In *CAMPOS*, Adalgisa Arantes. Org. Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2005. Ver também BOSCHI, Caio Cezar. *O Barroco Mineiro: artes e trabalhos*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

¹² FLEXOR, Maria Helena. *Ofícios Mecânicos na Cidade de Salvador*. 1974.

¹³ BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

Brasil dos séculos XVII e XVIII, em detrimento dos autores de riscos; bem como a diversidade de trabalhadores que integravam estes canteiros de obras, e ainda a organização de seus trabalhos em corporações, por uma série de legislações (compiladas no Livro dos *Regimentos dos Oficiais Mecânicos*¹⁴) e por procedimentos de fiscalização (juízes de ofício, cartas de exame, licenças, etc.)¹⁵, assim como os limites dessas regulamentações portuguesas sobre os artífices que atuavam no Brasil.

Esses artesãos especializados – em muitos casos, altamente especializados – produziram suas obras, com base num sistema de trabalho, mesmo que remoto e distante, organizado sob estrutura medieval portuguesa das corporações de ofícios, cujas regras consuetudinárias, embora compiladas em documento manuscrito no ano de 1576, o *Livro dos Regimentos dos Oficiais Mecânicos*¹⁶, mantiveram-se praticamente inalteradas até o século XVIII. Tais regras foram aplicadas, com inúmeras variações e limites, também no território brasileiro.

Os artesãos que atuaram no Brasil Colonial, como não eram personagens aos moldes do artista concebido a partir do Renascimento Italiano, não puderam ser reconhecidos em sua individualidade ou por seu gênio artístico individual, mas, ao contrário, sua história foi mantida sob o manto do anonimato e do coletivismo. No Brasil, atuaram em diversas frentes de trabalho artístico e em diversas regiões, chegados de Portugal em busca dos ganhos provenientes dos encargos de obras em regiões e períodos de florescimento econômico – como é o caso da região de mineração do final do século XVII e do decorrer do XVIII. Muitos artífices, vindos do Reino com seu conhecimento adquirido e seu ofício já constituído, formaram em torno de seus canteiros de obras e suas oficinas, grupos de trabalhadores em treinamento, os aprendizes, os “moleques” e alguns ajudantes escravos. Tudo isso era previsto e aceito pelo *Livro dos Regimentos*.

Nossos personagens, muitas vezes anônimos, não nos deixaram, como era de se supor, quaisquer documentos referentes a suas artes, nenhuma “literatura artística” (para usar o termo de Schlosser¹⁷) – nada que se pudesse comparar ao espírito maneirista: nem diários, nem cartas, nem poemas, nem tratados. Julius Schlosser bem diferenciava, em seu célebre livro elaborado nas primeiras décadas do século XX, “A Literatura Artística: manual das fontes da história da arte moderna”, os testemunhos literários, que se referem em sentido teórico à arte, de um lado; e os testemunhos impessoais, de outro lado. Em suas palavras:

O conceito mesmo da ciência das fontes necessita de uma limitação: entendem-se aqui as fontes escritas, secundárias, indiretas; sobretudo então, no sentido histórico, os testemunhos literários, que se referem em sentido teórico à arte, segundo o lado histórico, estético ou técnico, enquanto os testemunhos por assim dizer, impessoais, inscrições, documentos e inventários, dizem respeito a outras disciplinas e podem ser aqui apenas matéria de um apêndice¹⁸.

¹⁴ *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sèpre leal cidade de Lixboa –1572*. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

¹⁵ OLIVEIRA, M.A.R. op. cit. pp. 173 e ss. Ver também: MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In RESENDE, M.E. e VILLALTA, L.C. org. História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas. vol I. p. 377 e ss. e MENESES, José Newton Colho. Artes Fabris e Serviços Braçais. Ofícios Mecânicos e as Câmaras do Final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa 1750-1808. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2003. Tese de Doutramento.

¹⁶ *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sèpre leal cidade de Lixboa –1572*. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

¹⁷ MAGNINO, Julius Schlosser. *La Letteratura Artistica: manuale delle fonti della storia dell'arte moderna*. Milano, Paperbacks classici, 2000.

¹⁸ Ibid. p. 1.

Como o interesse de Schlosser, naquele momento, voltava-se para o primeiro agrupamento de fontes, de caráter literário, àqueles documentos objetivos, como os inventários, restavam apenas ligeiras menções em seu livro, em forma de apêndice.

Nossos artífices eram, enquanto produtores de “testemunhos literários”, ágrafos. Toda a documentação sobre suas vidas se resumiu, basicamente, aos “testemunhos impessoais”: ao registro de nascimento e batismo, registros de cartas de exames de ofício ou licenças para exercício da profissão, recibos de pagamentos e registros em livros de despesas de irmandades e templos, citações em processos envolvendo desacertos sobre arrematações de obras, contratos não cumpridos, etc. e, finalmente, seus testamentos, inventários de morte e atestados de óbito. Entre os mais importantes esforços de “nominar” artesãos “anônimos” e reunir a documentação que houvesse sob suas assinaturas, devem ser mencionados, ao menos, os Dicionários de Judith Martins e de Marieta Alves¹⁹.

Muitos estudiosos da arte brasileira colonial têm se dedicado à compreender a vida desses trabalhadores, sua formação, seus métodos, seus instrumentos de trabalho, suas agremiações em forma de bandeiras, sua participação nas irmandades, sua atuação como autores de riscos e executores, as condições de trabalho e a transferência de seus conhecimentos aos aprendizes, assim como a atuação dos escravos em suas oficinas.

Concentramos nosso esforço no contexto da cidade de Mariana, Minas Gerais, de século XVI-II, sobre a fonte primária constituída pelos inventários dos artesãos. Muitos inventários de morte de artífices foram localizados, transcritos e utilizados para compor o conjunto dos documentos em torno de um nome-verbete do Dicionário de Judith Martins, como sabemos. No entanto, ainda tomando como ponto de partida os nomes identificados em outros documentos e organizados no Dicionário podem servir para a localização de inventários de artesãos, fontes ainda não transcritas ou interpretadas.

Apresentamos aqui, portanto, um primeiro esboço para o uso dos nomes do Dicionário de Judith Martins como roteiro para a transcrição dos inventários que se encontram conservados na *Casa Setecentista* de Mariana, do 1º e 2º Ofícios. Inicialmente, o propósito da transcrição dos inventários de artífices atuantes e falecidos na cidade de Mariana – século XVIII ou início do XIX – e portanto atuantes na mesma segunda metade do XVIII, era o de localizar descrição de bibliotecas, as chamadas “livrarias”. Nossa expectativa de encontrar, entre os bens deixados pelos artesãos, qualquer referência a seus conhecimentos teóricos sobre as artes foi sendo frustrada a cada passo.

Encontramos, até o momento, somente a já conhecida e citada referência aos livros que pertenceram ao pintor Manoel da Costa Ataíde, em seu inventário de morte, de 1832: “uma Bíblia com Estampas, um Segredo das Artes e um Dicionário de Francês²⁰”. Esta era a reduzida biblioteca de um dos mais importantes artistas do contexto marianense de fins do setecentos e começos do oitocentos – se considerarmos apenas seu inventário de morte. Podemos supor que a relação de livros que pertenceram ao defunto nem sempre era elencada junto a seus demais pertences. Conhecemos exemplares de inventários em que a “livraria” é descrita em documento à parte.

No entanto, as fontes nos levaram até o momento a redirecionar nossos objetivos. Falam por si. É preciso segui-las e deixa-las falar como queria Jacques Le Goff, baseando-se na máxima de

¹⁹ MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1974 e ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Conselho Estadual de Cultura, 1976

²⁰ Inventário de Manoel da Costa Ataíde. Cod. 68-1479. *Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista*. Mariana – MG.

Michel Foucault²¹. Foi preciso monumentalizar os documentos, ler os inventários dos artesãos falecidos em Mariana, no século XVIII, sem pretensões definidas, sem interesses prévios, com o olhar aberto às indicações do mundo mais íntimo que cercava um artífice no momento de sua morte: suas propriedades, seus bens de raiz, seus escravos, seus instrumentos de trabalho, suas roupas, seus pertences, seus objetos, seus lençóis, suas louças e tecidos, suas peças de devoção, seu oratório de devoção pessoal com imagens sacras, suas dívidas.

No exercício de ouvir as fontes, poderíamos destacar vários aspectos sobre a vida e a forma de trabalho dos artesãos. Um dos aspectos que nos parece relevante é a presença de escravos descritos entre seus pertences. No inventário já citado do pintor marianense Manoel da Costa Ataíde, de 1832, constam 3 escravos, dois homens e uma mulher.

No inventário do carpinteiro Sebastião Martins da Costa²², morto em 1769, constam um total considerável de 14 escravos, todos com um alto valor de avaliação, se comparado aos preços em demais inventários. A avaliação do escravo dependia, como se sabe, de sua idade, seu estado de saúde, mas também de suas habilidades.

O sistema de trabalho dos artesãos em Portugal, compilado em forma de leis no Livro dos Regimentos e transposto com modificações à Colônia previa a existência dos aprendizes nas oficinas, loggias ou ateliês. Propunha-se o direito dos Mestres sobre seus aprendizes, no sentido de que um artesão não poderia chamar para trabalhar consigo um aprendiz “pertencente” a outro oficial: “nenhum oficial de dito ofício será tão ousado que tome nem recolha em sua casa aprendiz ou obreiro que esteja com outro oficial enquanto durar o tempo que tal obreiro ou aprendiz seja obrigado a estar com seu amo²³”. Também se buscava limitar o número de aprendizes em cada ateliê. O capítulo relativo aos pedreiros e carpinteiros diz: “E ordenam que nenhum pedreiro ou carpinteiro seja tão ousado que tenha cada um mais de dois criados aprendizes para que se lhes possam ensinar e cuidar-lhes de perto e ver continuamente o que estão fazendo e por muito engano que se segue ao pouco que os mestres ponham as mãos nas obras quando tem mais aprendizes que os ditos dois²⁴”.

A participação dos escravos africanos e seus descendentes nos ateliês, como aprendizes e auxiliares, não está suficientemente esclarecida pela história da arte colonial no Brasil, nem tampouco o alcance artístico de suas expressões. No entanto, os Regimentos já apresentavam o problema da participação dos escravos em determinados trabalhos, numa perspectiva negativa, ao proibir sua presença e a transmissão de conhecimento para eles. Podemos ler nas leis relativas ao trabalho dos ourives: “ofício de tanta importância e que tanta fidelidade e limpeza requer, mandam que nenhum ourives de ouro seja tão ousado que nesta cidade e seu termo ensine a escravo algum, negro ou branco, nem índio, o dito ofício, nem os tenha em suas tendas (...)”²⁵.

Duarte Rodrigues Romão, pedreiro falecido em Mariana em 1735, possuía 12 escravos²⁶. Como vimos, Sebastião Martins da Costa, carpinteiro, morto na cidade de Mariana em 1769 possuía 14 escravos²⁷. Francisco Correa de Alvarenga, pedreiro morto em 1735, possuía cerca de 30 escravos²⁸. Antônio Alves Ferreira, pintor e capitão mor, possuía uma enorme quantidade de escravos, 58, não

²¹ FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. P.8

²² Inventário de Sebastião Martins da Costa. Cod. 89-1923. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG.

²³ *Livro dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sèpre leal cidade de Lixboa –1572*. Op. Cit. p.24.

²⁴ Ibid. p.107.

²⁵ Ibid.p.8

²⁶ Inventário de Duarte Rodrigues Romão. Cod. 105-2168. Inventários do Cartório do 1º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

²⁷ Inventário de Sebastião Martins da Costa. Cod. 89-1923. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

²⁸ Inventário de Francisco Correa de Alvarenga a. Cod. 89-1873. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

sabemos se por sua atividade como capitão mor ou por seu ofício de pintor²⁹.

Em todos os inventários de artesãos consultados até o momento, encontramos um significativo número de escravos. Não temos dados suficientes, no estágio atual desta pesquisa, para concluir que a presença de escravos nos inventários de artífices em uma cidade de Minas Gerais do século XVIII represente uma prova da atuação dos mesmos como participantes das atividades artísticas de seus senhores.

Há, no entanto, o significativo caso do inventário de José Pereira Arouca. Este mestre pedreiro e carpinteiro, que se transformou num importante construtor no contexto mineiro setecentista, era nascido em Arouca, próximo ao Porto, por volta de 1733. Em 1753, já se encontrava em Mariana. Afonso Costa Santos Veiga arrisca dizer, em seu pequeno livro dedicado ao construtor³⁰, que teria chegado ao Brasil ainda jovem, porém já com sua formação completa, adquirida ainda na infância e adolescência, na escola de pedreiros do mosteiro de Arouca das reformas depois do incêndio de 1725³¹. Seu testamento de 1793, considerado inválido por ter deixado todos os seus bens para sua própria alma, somado ao inventário de Arouca permitem reconhecer que conseguiu amealhar verdadeira fortuna, como construtor: várias propriedades, mais de quinze escravos, além de muitas quantias em dinheiro de obras ainda por receber³².

Justamente, no inventário de José Pereira Arouca³³, encontramos a peculiar identificação da habilidade de cada escravo. Ao descrever o escravo, o inventariante acrescentou: “João Caetano Crioulo de idade de 39 anos oficial de carpinteiro; João Angola de idade de quarenta anos, oficial de carpinteiro; Matheus Catumba de idade de 40 anos, pedreiro” e assim por diante. Formavam, no conjunto, uma pequena equipe de construtores, carpinteiros, pedreiros, armadores etc.

Devemos certamente considerar a peculiaridade de um personagem como José Pereira Arouca, mas não se pode descartar uma análise mais completa para verificar, de modo abrangente, a presença de escravos com identificação de ofício em inventários de artesãos do século XVIII. Na objetividade característica desta documentação, capaz de instigar a pesquisa histórico-artística sem lhe fornecer as respostas completas, podemos reconhecer a importância dos inventários de artífices para compreender diferentes aspectos dos fazeres artísticos no Brasil Colonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Marieta. *Dicionário de Artistas e Artífices da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Conselho Estadual de Cultura, 1976.

ARAÚJO, Jeaneth Xavier de. A pintura de Manoel da Costa Ataíde no contexto da época moderna. In *CAMPOS*, Adalgisa Arantes. Org. Manoel da Costa Ataíde: aspectos históricos, estilísticos, iconográficos e técnicos. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

BAXANDALL, Michael. *O olhar renascente, pintura e experiência social na Itália da Renascença*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

²⁹ Inventário de Antônio Alves Ferreira. Cod. 36-843. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

³⁰ VEIGA, Afonso Costa Santos. *José Pereira Arouca. Mestre Pedreiro e Carpinteiro*. Mariana – Minas Gerais (Século XVIII). Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.

³¹ TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*. São Paulo: Escola de Profissionais do Coração de Jesus, vol. I, 1928. pp. 206-209. Há uma série de recibos assinados por José Pereira Arouca por trabalhos especificados de obras e acréscimos realizados para o Palácio de Mariana, entre 1782 e 1792. MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Séculos XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e da Cultura, 1974. pp. 67-68

³² Testamento de José Pereira Arouca – Caixa 1 – 6 Inventários Avulsos. Casa Setecentista, Mariana – MG.

³³ Inventário de José Pereira Arouca – Caixa 1 – 6 Inventários Avulsos. Casa Setecentista, Mariana – MG.

BOSCHI, Caio C. *O Barroco mineiro: artes e trabalho*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CHASTEL, André. *Arte y Humanismo*. Madrid: Cátedra, 1982.

FERNANDES, C. S. . Martin Wackernagel: o “espaço de vida” dos artistas no Renascimento florentino. *Ghrebh-*, v. 2, p. 16, 2010; <http://revista.cisc.org.br/ghrebh/index.php?journal=ghrebh&page=issue&op=view&path%5B%5D=9&path%5B%5D=showToc>

FLEXOR, Maria Helena. *Oficias Mecânicos na Cidade de Salvador*. 1974.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. P.8

FRANCASTEL, Pierre. *Pintura e sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

HAUSER, Arnold. *História Social da Arte e da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

INVENTÁRIO de Antônio Alves Ferreira . Cod. 36-843. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

INVENTÁRIO de Duarte Rodrigues Romão. Cod. 105-2168. Inventários do Cartório do 1º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

INVENTÁRIO de Francisco Correa de Alvarenga a. Cod. 89-1873. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

INVENTÁRIO de Sebastião Martins da Costa. Cod. 89-1923. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG.

INVENTÁRIO de Sebastião Martins da Costa. Cod. 89-1923. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG

INVENTÁRIO de José Pereira Arouca – Caixa 1 – 6 Inventários Avulsos. Casa Setecentista, Mariana – MG.

Inventário de Manoel da Costa Ataíde. Cod. 68-1479. Inventários do Cartório do 2º. Ofício. Casa Setecentista. Mariana – MG.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIVRO dos Regimentos dos officiaes mecanicos da mui nobre e sēpre leal cidade de Lixboa –1572. Publicado e prefaciado pelo Dr. Vergílio Correia. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

MAGNINO, Julius Schlosser. *La Letteratura Artistica: manuale delle fonti della storia dell'arte moderna*. Milano, Paperbacks classici, 2000.

MARTINS, Judith. *Dicionário de Artistas e Artífices dos Século XVIII e XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Departamento de Assuntos Culturais, Ministério da Educação e da Cultura, 1974.

MENESES, José Newton Coelho. Homens que não mineram: oficiais mecânicos nas Minas Gerais Setecentistas. In *RESENDE*, M.E. e VILLALTA, L.C. org. *História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas*. vol I. p. 377 e ss.

MENESES, José Newton Coelho. *Artes Fabris e Serviços Braçais. Ofícios Mecânicos e as Câmaras do Final do Antigo Regime. Minas Gerais e Lisboa 1750-1808*. Niterói. Universidade Federal Fluminense, 2003. Tese de Doutramento.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O Rococó Religioso no Brasil: e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naif, 2006.

SANTOS, Noronha. Um litígio entre marceneiros e entalhadores no Rio de Janeiro. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.6, pp.295-317, 1942.

SERRÃO, Vítor. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001.

SERRÃO, Vítor. *O Maneirismo e o Estatuto Social dos Pintores Portugeses*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

TESTAMENTO de José Pereira Arouca – Caixa 1 – 6 Inventários Avulsos. Casa Setecentista, Mariana – MG.

TRINDADE, Cônego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para sua história*. São Paulo: Escola de Profissionais do Coração de Jesus, vol.I, 1928.

VASCONCELOS, Salomão de. Ofícios Mecânicos em Vila Rica Durante o Século XVIII. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n.4, pp.331-360, 1940.

VEIGA, Afonso Costa Santos. José Pereira Arouca. *Mestre Pedreiro e Carpinteiro*. Mariana – Minas Gerais (Século XVIII). Arouca: Real Irmandade da Rainha Santa Mafalda, 1999.

WACKERNAGEL, Martim. *Il Mondo delgi artisti nel Rinascimento Fioretino: commitenti, botteghe e mercato dell'arte*. Roma: Carocci, 1994.